



Atos do Executivo nº 1574075  
Disponibilização: 16/07/2025  
Publicação: 16/07/2025

# PREFEITURA DE SÃO PAULO

## SUBPREFEITURA DA SÉ Supervisão de Esportes

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000  
Telefone: 33971200

## Ata da 04<sup>a</sup>/132<sup>a</sup> Reunião Plenária Ordinária Presencial do CPM/ Sé

No 05º dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, em atendimento à Convocação Documento SEI nº 124659284, publicada em Diário Oficial do Município do dia 30 de abril do corrente ano, realizou-se presencialmente, em primeira chamada, com início efetivo às 18:45, a **132ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Participativo Municipal Sé, sendo a 4ª do biênio 2025/2026**, nas dependências da sede da Subprefeitura Sé, [Rua Álvares Penteado n. 49](#), Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pelo Coordenador Sr. César Augusto Massaro, Secretária-Geral Sra. Barbara Cavalcanti, e como Secretário-adjunto Sr. Leandro Lago. Integrando a mesa também, o Interlocutor do Conselho Participativo Municipal Sé, Sr. Cel. Luiz Eduardo Pesce Arruda, representando a Subprefeitura Sé. Após as boas-vindas a todos Conselheiros e convidados, a reunião continuou conforme pauta abaixo discriminada:

## **PRIMEIRA PARTE**

1. Fala inicial do Coordenador, Secretária-geral, ou em exercício, Secretário-adjunto e Interlocutor;
2. Boas-vindas e apresentação de representantes do poder público, e/ou autoridades presentes;
3. Leitura da pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;
4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por municípios e Conselheiros;
5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas, e apresentadas em reuniões anteriores;

## **SEGUNDA PARTE**

6. Leitura e aprovação de Ata(s);
7. Validação dos ofícios encaminhados, atividades no último período, e respectivos desfechos se houver;
8. Organização os Grupos de Trabalho (GT) e Comissões Temáticas (CT);
9. Planejamento das atividades - Programa Orçamento Cidadão / Calendário PLOA 2026;
10. Acompanhamento sobre as ações relativas à Favela do Moinho;

### **Itens prejudicados em reuniões anteriores:**

11. Questionamentos e considerações sobre o Vd. João Goulart, e o início das obras no Vd. Orlando Murgel;
12. Retomar a discussão sobre desdobramentos e pesquisa das áreas de “cenas abertas de uso”;

## **TERCEIRA PARTE**

13. Informes gerais; finalização e agradecimentos.

## **PAUTA ABERTA**

Verificação de quórum e leitura da pauta.

### **Item 1, 2 e 3. Fala inicial do Coordenador, boas-vindas, abertura dos trabalhos e leitura da pauta;**

O início dos trabalhos foi interrompido pela Secretária-geral Barbara Cavalcanti, pois a reunião estava sendo transmitida ao vivo, levantando alguns questionamentos sobre se contaria a presença, se o Conselheiro que estava assistindo online poderia ter poder de fala, etc. O Coordenador explicou que como foi convocada como presencial, não contaria.

### **Item 4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por municípios e Conselheiros;**

O Conselheiro Titular Augusto Pessin propôs o envio de dois ofícios: um ofício aos Conslegs responsáveis e à Secretaria de Segurança Pública, solicitando manifestação e esclarecimentos sobre o uso de força letal em intervenções policiais, citando o caso recente no Brás e considerando também a presença da PM no Namorinho, lembrando que normas claras em leis e tratados devem ser cumpridas. Um segundo ofício à Secretaria Municipal de Cultura e ao Consleg local, para que informem a população da região sobre a possível concessão da Praça Rotary, atendendo à preocupação dos moradores do entorno. Após discussão, as propostas foram votadas e aprovadas, ficando ajustado o encaminhamento dos respectivos ofícios.

O Conselheiro Titular Luiz Gonzaga, Gegê, relatou uma denúncia presenciada por ele no dia 13 de abril, por volta das 17h30, na Praça da Sé, onde viu uma mulher em situação de rua caída, sendo alvo de gás de pimenta lançado diretamente nos olhos por uma agente da Guarda Civil Metropolitana. Segundo Gegê, além de usar o spray, a guarda questionou de forma irônica se ele gostaria de “levar a mulher para casa”, enquanto um outro agente exibia uma arma de forma intimidatória. Gegê destacou que esse tipo de abordagem é inaceitável, pois a Guarda Metropolitana deve atuar conforme sua função legal, não cometendo abusos contra pessoas vulneráveis. Solicitou que o episódio seja incluído na pauta do conselho para providências e registro formal.

O Conselheiro Titular Carlos Magalhães manifestou grande preocupação com o clima de violência e barbárie na cidade, relatando informações sobre organizações da sociedade civil que estariam se articulando para agredir moradores em situação de rua, além da violência já praticada pelo Estado e pela criminalidade. Destacou que esse cenário gera medo e ameaça ainda maior para pessoas vulneráveis, como imigrantes e populações de favelas, citando o caso do Moinho como exemplo. Magalhães defendeu que o Conselho Participativo deve atuar como um espaço de diálogo responsável, oferecendo orientações equilibradas à gestão pública, para evitar que prevaleçam soluções pela força, pela vingança ou pela exclusão. Ressaltou que não deseja ver a cidade nem o conselho enveredando por caminhos de ódio ou revide.

Na sequência, o Coordenador César complementou que já existem pautas registradas desde reuniões anteriores — inclusive apresentadas pelo Conselheiro Gegê — relacionadas à abordagem das forças policiais e à forma como se deve tratar moradores em situação de rua e usuários do centro de São Paulo. Destacou a importância de seguir essa linha de diretrizes, reforçando que o tema será tratado em pauta específica.

O Conselheiro Fábio Sanchez solicitou que essa discussão sobre a violência policial fosse registrada em ata, reconhecendo a relevância do tema e sua urgência para o Conselho.

O munícipe Jacques-Mario Almeire, imigrante da Guiné-Bissau e estudante de mestrado, destacou a violência policial sofrida por imigrantes africanos no Brasil, apontando o racismo e a xenofobia como causas estruturais desse problema. Defendeu que o Conselho cobre das autoridades estaduais e municipais mais capacitação antirracista para as forças policiais, proponha seminários e promova debates sobre o tema. Ressaltou a necessidade de reconhecer o privilégio histórico e o papel dos imigrantes na construção de São Paulo. Colocou-se à disposição para contribuir com palestras e debates que aproximem a comunidade, as autoridades e a sociedade civil na luta contra o racismo, a xenofobia e o classismo.

Continuando as demandas de zeladoria, a munícipe Eduarda Maria Carbonelli, relatou ter sofrido uma queda devido a um buraco na rua, usando sua experiência como exemplo da falta de cuidado com o território. Ela defendeu que, diante das falas e denúncias apresentadas na reunião como casos de violência, discriminação e falas de autoridades insensíveis é essencial que o Conselho trate da humanização do território paulistano. Essa humanização deve abranger desde a melhoria da zeladoria urbana, como limpeza regular, remoção de galhos quebrados e buracos que colocam pedestres em risco, até o combate à violência, à falta de diálogo com a população e à desigualdade. Citou como exemplo um galho quebrado denunciado por ela à Secretaria do Verde em fevereiro, mas que não foi removido e segue oferecendo risco. Encerrando, defendeu que o Conselho leve adiante esse conceito amplo de humanização, considerando suas várias dimensões e impactos na vida cotidiana dos paulistanos.

A munícipe imigrante Mariama Bá, da Zâmbia e filha de senegaleses, falou em nome das comunidades zambiana, senegalesa e africana em geral. Ela denunciou a persistência da violência policial contra imigrantes negros, mesmo após o assassinato recente de Ngahim Bain. Relatou um caso ocorrido poucos dias antes, em que senegaleses foram agredidos com spray de pimenta ao tentarem filmar uma abordagem policial violenta. Ressaltou que, apesar de muitos imigrantes africanos serem qualificados — ela própria é atriz com trabalhos relevantes — continuam invisibilizados, desrespeitados e explorados. Criticou o racismo estrutural e seletivo, que direciona a violência para corpos negros, especialmente camelôs e trabalhadores de rua, enquanto quem controla o contrabando, segundo ela, não são os negros.

Defendeu a humanização real do atendimento do Estado, políticas públicas eficazes, diálogo com os conselhos e capacitação de agentes de segurança para compreenderem a questão racial. Lembrou que a sociedade brasileira ainda nega o passado escravocrata e o papel histórico dos povos africanos na construção do país. Cobrou que o Conselho amplifique essas vozes, combata o racismo e a xenofobia e não permita que comunidades imigrantes sejam usadas como “mão de obra explorada” e “mão de obra” em discursos sobre trabalho escravo, enquanto seguem sendo violentadas e silenciadas. Finalizou afirmando que a comunidade africana quer contribuir, é capaz e está pronta para transformar a realidade, mas exige respeito, escuta e reparação histórica.

A Munícipe Paula Ventura, moradora da região da Júlio Mesquita e Largo do Arouche, falou sobre problemas de zeladoria, limpeza urbana, coleta de lixo e falta de cuidado com o espaço público. Criticou a insuficiência de equipes de varrição, o mau funcionamento dos contêineres cinza da Loga e das caçambas verdes, que acabam virando local de descarte inadequado de lixo e até de uso como banheiro a céu aberto, especialmente no Largo do

Arouche perto do Mercado das Flores — que, segundo ela, também não mantém a limpeza adequada em seu entorno.

Ela relatou dificuldades para acionar serviços de limpeza, problemas com galhos de árvores que não são removidos, falta de lavagem de praças (diferente de outros locais como República e Júlio Mesquita) e cobrou cobranças mais firmes da Prefeitura sobre esses serviços.

Paula também destacou a situação de pessoas em situação de rua, pediu que não sejam generalizadas como criminosos ou usuários de drogas, pois há famílias, mães e pessoas que precisam de oportunidade. Criticou a falta de abrigos dignos, dizendo que muitos não são limpos nem seguros, e sugeriu que hotéis sociais deveriam oferecer cursos, apoio psicológico, alcoólicos anônimos e atividades para reinserção.

Por fim, cobrou a implantação de um hospital veterinário público na região central, ressaltando que há muitos cães abandonados, principalmente em áreas com grande concentração de pessoas em situação de rua. Destacou que não se trata de recolher animais apenas para canis ou abrigos precários, mas de oferecer estrutura real de cuidado, prevenção e atendimento veterinário. Para ela, é fundamental garantir soluções que respeitem tanto os animais quanto as pessoas vulneráveis, mostrando que é possível acolher e oferecer dignidade sem recorrer à remoção forçada ou ao abandono. Paula finalizou pedindo que o Conselho e a Prefeitura realmente encarem essa realidade de forma humana, integrada e com ações concretas.

O munícipe Décio Sunagawa ressaltou, durante sua fala, que com a discussão do Orçamento Cidadão, é fundamental garantir que as propostas sejam tecnicamente viáveis, para realmente saírem do papel. Ele lembrou que foi o autor do projeto dos banheiros públicos, que já apresentou por três anos seguidos, sem conseguir aprovação na etapa final mesmo quando o Conselho Participativo abraçou a causa. Destacou que não falta boas ideias (como o hospital veterinário público, também já sugerido), mas sim apoio técnico da prefeitura para redigir as propostas de forma sólida, clara e adequada às exigências. Por isso, defendeu que a prefeitura ofereça assessoria técnica para ajudar o Conselho a aprimorar e complementar as propostas da comunidade, para que elas sejam viáveis e não se percam no caminho.

Décio reforçou a urgência dos banheiros públicos, apontando que a falta deles faz com que a população em situação de rua seja ainda mais discriminada por precisar fazer suas necessidades na rua. Criticou, inclusive, o modelo de banheiros instalados na pandemia, que fechavam à noite, justamente quando mais precisavam ser usados. Ele lembrou também de outra proposta feita: a criação de locais para banho e troca de roupas, com araras solidárias, principalmente no inverno, para que as pessoas em situação de rua possam guardar cobertores e não fiquem obrigadas a abandoná-los na rua por não terem onde deixar. Finalizou dizendo que a responsabilidade não é dessas pessoas, mas sim da falta de estrutura, e que o Conselho precisa olhar para essas soluções simples, mas essenciais de dignidade e zeladoria.

O Conselheiro Titular Fábio Sanchez lembrou que já havia apontado, na reunião anterior, o problema de vazamento na esquina das ruas Sebastião Carneiro e Heitor Peixoto, e cobrou providências, destacando que até o momento nenhuma ação foi tomada no local. Pediu que a zeladoria resolva a situação o quanto antes.

Encerrada a fala dos munícipes. No total foram 08 (oito) demandas trazidas.

Número	Demanda	Responsável
1	A Praça Cleveland x Helvetia, conhecida como antiga Cracolândia ou Praça do Cachimbo, foi revitalizada com área de lazer, quadra e espaço para cães, mas impossível de ser utilizada, pois moradores vizinhos mantêm o local trancado com cadeado, impedindo o uso público. Pede a reabertura urgente da praça, lembrando que foi construída com dinheiro público e deve estar acessível a todos.	Rose Maria das Graças Correa de Oliveira.

2	aumentar o número de funcionários de varrição; realocar lixeiras; intensificar a fiscalização do descarte irregular de lixo; retirar containers cinzas sem utilidade; revisar o uso de caçambas; contratar mais profissionais e equipamentos para o controle de ruídos (Psiu); ajustar semáforos no Arouche e na Rua Vitória para dar mais tempo aos pedestres; melhorar a iluminação da Av. São João; e reformar as guias rebaixadas para cadeirantes, que estão em péssimo estado.	Paula Ventura da Costa.
3	Solicita a reinstalação de lixeiras na esquina das ruas Castro Alves e Safira, no bairro da Aclimação, uma vez que a lixeira existente se deteriorou e não foi substituída até o momento.	Fábio Lúcio Sanchez
4	Um bar na Rua Barra Funda, 197 mantém uma caçamba verde sobre a calçada, impedindo a passagem de pedestres. Já foram feitas várias reclamações, mas o problema persiste.	Caru Albuquerque
5	Informa que as faixas de pedestres na Praça Olavo Bilac foram instaladas após solicitação feita no Conseg Santa Cecília, atendida pela Sra. Pollyana. No entanto, ainda faltam placas de sinalização para redução de velocidade antes da curva, indicando a travessia de pedestres, além de sinalização luminosa do tipo “atenção” com luzes amarelas piscantes, para aumentar a segurança no local.	Caru Albuquerque
6	Solicita a criação de uma verba no orçamento participativo para financiar cursos e seminários de letramento racial voltados aos guardas civis metropolitanos, com o objetivo de combater o racismo, principal causa de violência policial contra a população negra. A proposta visa humanizar a atuação da guarda, promovendo segurança pública de forma mais justa e evitando mortes violentas motivadas por preconceito racial.	Jacque Mário Almeida lé
7	Atriz, empreendedora, ativista de direitos humanos e liderança comunitária, propõe a capacitação e formação dos guardas civis metropolitanos e policiais militares para combater a violência desproporcional contra pessoas negras, destacando que locais como o Brás e a rua 25 de Março reúnem pessoas de todas as cores. Defende o fim da Operação Delegada nesses territórios e coloca as comunidades africanas à disposição para contribuir com palestras, ações educativas e campanhas contra o racismo e a xenofobia. Ressalta ainda que a falta de emprego empurra para o trabalho informal, sendo essencial criar vagas de trabalho, bolsas de estudo e programas de apoio para garantir oportunidades reais.	Mariama Bah

8	Foi destacada a importância de valorizar o impacto da cultura africana no Brasil, apontando que São Paulo ainda tem poucos festivais, shows e eventos que incluam artistas, produtores e imigrantes africanos. Por isso, recomenda-se criar mais espaços e projetos culturais que divulguem essa cultura na cidade, promovendo integração e visibilidade. Uma sugestão é instituir a celebração anual do Dia da África, em 20 de maio, incluindo-o em datas importantes como o Carnaval e a Virada Cultural, fortalecendo o diálogo entre a cultura africana, os migrantes e a sociedade brasileira.	Kunta Kinte
---	--	-------------

**Item 5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas, e apresentadas em reuniões anteriores;**

Passada a palavra para o Interlocutor e Coronel Arruda.

**Resposta às demandas – Interlocutor da Subprefeitura, Coronel Arruda:**

O Coronel Arruda respondeu às demandas apresentadas pelos conselheiros e munícipes, esclarecendo os seguintes pontos:

Informou que todas as demandas foram encaminhadas aos órgãos competentes, mas algumas ultrapassaram a capacidade da Subprefeitura, que depende de retorno de outras áreas. Destacou que a obra de requalificação do Viaduto Orlando Murgel já está aprovada, com orçamento liberado, empresa contratada e aguardando ordem de serviço.

Ressaltou a dificuldade de equilibrar interesses conflitantes na região da Sé, como demandas de comércio e moradores, citando pontos críticos como Rua dos Pescadores e General Carneiro. Chamou atenção para a importância de manter a cultura de paz, lembrando que o monopólio do uso da força pertence ao Estado e que “justiça com as próprias mãos” é perigosa e fere o “Contrato Social” (Rosseau).

Relatou casos em que precisou intervir para evitar violência de populares contra moradores de rua, destacando que é preciso ampliar o uso de ferramentas não letais e melhorar a abordagem para evitar conflitos entre agentes públicos e cidadãos. Reconheceu a relevância de humanizar o território, uma ideia reforçada por vários participantes, e defendeu mais reflexão sobre racismo e diferenças culturais para evitar preconceito e violência seletiva.

Sobre animais, citou o caso do Moinho e disse ter acionado o prefeito e a coordenadora de Saúde para enviar a vigilância sanitária ao local, mas lembrou que a Subprefeitura não tem equipe de zoonoses, depende de parcerias e apoio de outras áreas.

Em relação aos banheiros públicos, afirmou total concordância, dizendo que o problema é social e econômico. Quem não tem dinheiro não consegue usar banheiro de comércio e que é urgente ter soluções adequadas para pessoas em situação de rua, considerando que cada pessoa é um caso, com trajetórias que envolvem perda de trabalho, migração, dependência química ou transtornos mentais, mas que faltam políticas públicas suficientes, sobretudo para quem é pobre.

Por fim, pediu que os munícipes registrem demandas pontuais, como poda de árvore, pelo 156 e que enviem o protocolo diretamente para ele acompanhar.

**Item 6 e 7. Leitura e aprovação de Ata(s); Validação dos ofícios encaminhados, atividades no último período, e respectivos desfechos se houver;**

O Coordenador César informou que as atas das reuniões anteriores, bem como outros documentos/ofícios

pendentes de consolidação, estão em atraso, mas se comprometeu a organizar e encaminhar todos os materiais atualizados aos conselheiros nos próximos dias, garantindo a transparência e a continuidade dos registros formais do Conselho.

O ex-coordenador Fabinho esclareceu que o ofício referente às verbas já foi elaborado e concluído, estando acompanhado de 50 documentos comprobatórios. Informou que o material foi finalizado no dia 22 de abril e entregue ao coordenador em 29 de abril, restando apenas a separação e organização final para posterior compartilhamento com todos os conselheiros, assim que autorizado pelo coordenador.

Logo após a fala do ex-coordenador Fabio Benini Cabral sobre o ofício das verbas, a Conselheira Titular Rosalia questionou se haveria tempo hábil para utilizar os recursos e dar continuidade às propostas de intervenção na Praça General Polidoro, Praça da República e Praça das Letras, demonstrando preocupação com os prazos. Diante da pergunta, o Coordenador e o Interlocutor Coronel Arruda informaram que não responderiam naquele momento, por se tratar de um tema técnico, e comunicaram que uma reunião extraordinária será convocada especificamente para tratar do assunto em detalhes.

**A pauta foi invertida até que fosse possível conectar a apresentação dos Grupos de Trabalho (GT) e Comissões Temáticas (CT) no computador.**

### **Item 9. Planejamento das atividades - Programa Orçamento Cidadão / Calendário PLOA 2026;**

O ex-coordenador Fabio Benini Cabral pediu um momento de fala para explicar a todos os conselheiros e munícipes presentes como funcionaria a votação do Participe+ (Orçamento Cidadão). Informou que uma pergunta feita anteriormente era sobre o que significa o “apoio” na plataforma. Explicou que o apoio serve apenas para direcionar o Conselho sobre o que é prioritário, mas não é ainda o voto. A etapa de votação popular é mais para frente. Primeiro é feita a priorização, depois de priorizadas, as propostas são analisadas, declaradas viáveis e aí sim seguem para votação popular. Detalhou o cronograma: a priorização será de 9 de junho a 6 de julho, depois vem o período de recursos, de 21 a 25 de julho, a revisão de recursos de 28 de julho a 8 de agosto, e em seguida ocorre a votação popular.

Também esclareceu que se, por exemplo, sobrar verba, o chamado saldo remanescente, isso é um ponto crítico, a exemplo da verba dos 6 milhões, que o Conselho está discutindo este ano. Ressaltou que não havia previsão legal para o saldo ser empenhado no ano seguinte, mas agora o Conselho decide inclusive sobre o saldo de 2026, se houver. Se não houver, a execução é feita na totalidade no exercício. Explicou ainda que cada secretaria executa o que é de sua competência: por exemplo, verba para habitação vai para CEHAB, verba para saúde vai para a SMS, verba de cultura para a secretaria de Cultura — e quando não é competência específica de uma secretaria, a própria Subprefeitura Sé executa. Reforçou que é fundamental participar das audiências públicas e que a estratégia é se organizar em setores (como meio ambiente, educação) para fortalecer a pressão popular.

A Conselheira Titular Rosalia, em seguida, pontuou que, como estratégia, se o Conselho entender como prioridade algo que falta, por exemplo, como um hospital veterinário ou hospital público, seria interessante criar várias propostas no mesmo sentido. Assim, caso uma não seja considerada viável, ainda se sinaliza à Administração a demanda da população. Sugeriu que todos votem nas propostas uns dos outros para dar força à priorização. Destacou que não adianta priorizar muita coisa, pois os 10 milhões disponíveis acabam rápido, especialmente para propostas grandes como hospitais.

Lembrou que este ano, quem faz a priorização na plataforma é o coordenador e alertou que a plataforma do Participe+ segue apresentando instabilidade. Orientou que as propostas mais estruturadas sejam feitas em documento anexo, pois a plataforma permite apenas descrição em duas linhas. Finalizou comentando que muitas pessoas estão reclamando da dificuldade para usar o sistema.

Foi levantada a dúvida entre os presentes sobre o que de fato “emplaca” ou facilita a aprovação e realização de uma proposta dentro do Orçamento Cidadão. Foi esclarecido que, na prática, as propostas que têm mais chance de seguir adiante são aquelas que já estão previstas ou alinhadas com o Programa de Metas da Prefeitura. Como por exemplo o Programa Verde, explicando que, se a proposta dialoga com metas já estabelecidas pela gestão municipal, há mais possibilidade de viabilidade técnica, financeira e de execução, pois já existe estrutura, diretriz e orçamento previstos para aquilo.

Durante a discussão, a Conselheira Titular Caru Albuquerque questionou como os conselheiros podem escolher as propostas se não têm acesso prévio aos valores que cada uma custará, comentando que isso torna a escolha um “tiro no escuro” e que seria mais estratégico já ter esses valores para encaixar melhor as prioridades.

O ex-coordenador Fabio Benini Cabral explicou que, de fato, o valor só aparece depois da fase de análise de viabilidade, primeiro as propostas são escolhidas, depois a Secretaria responsável avalia se são viáveis e atribui o orçamento estimado. Ele deu como exemplo que, no ano passado, a proposta mais votada ficou em cerca de 2,3 milhões de reais, mas a segunda colocada tinha orçamento estimado em mais de 9 milhões e meio, ultrapassando o limite permitido, por isso foi descartada. Ele ressaltou que, por isso, é essencial que o grupo pense estrategicamente: às vezes é melhor votar em mais de uma proposta menor e viável do que em uma grande que pode ser inviabilizada pelo valor.

O Conselheiro Titular Gegê manifestou forte indignação dizendo que, para defender seus direitos, vai até o fim, mas não aceita decisões feitas de forma desleal ou “na rasteira”, pois isso vai contra o espírito coletivo do conselho. Ele reclamou que propostas importantes, como a discussão do hospital municipal na região central, estão sendo deixadas de lado. Gegê relatou sua vivência no Parque Dom Pedro e no AMA Sé, onde observa diariamente a falta de médicos, enfermeiros, remédios e estrutura, enquanto sobra descaso político. Ele cobrou do coordenador César uma resposta concreta sobre o andamento do projeto, afirmando que existem áreas abandonadas na região que poderiam abrigar o hospital, mas falta interesse político. Reforçou que, como conselheiro eleito, tem o dever de dar retorno para a população que o escolheu, e que esse retorno não pode ser de omissão: o conselho precisa se debruçar de fato sobre o tema e pressionar o poder público a tirar o projeto do papel, custe o que custar, porque a cidade precisa, não só os moradores da região, mas todos que circulam pelo centro de São Paulo.

O Coordenador César respondeu à cobrança do Gegê destacando que o tema do hospital municipal está na pauta e será encaminhada junto com as demais proposições. Ele ressaltou que o conselho não pode ficar restrito apenas aos 10 milhões do Orçamento Cidadão, pois isso é apenas uma fração muito pequena diante do orçamento real da prefeitura. Para ele, o verdadeiro papel do conselho é lutar pelo orçamento maior — os 125 bilhões da cidade — onde de fato estão os recursos para viabilizar grandes projetos, como hospitais, habitação e melhorias estruturais. César reforçou que o conselho deve se mobilizar para garantir que essas demandas prioritárias entrem na programação orçamentária ampla, evitando brigar apenas por pequenas fatias de recursos.

O munícipe imigrante senegalês Kunta Kinte pediu a palavra e destacou a importância de fortalecer a cultura africana no Brasil, apontando que artistas imigrantes, como ele, sentem falta de apoio e reconhecimento, e sugeriu que a promoção de eventos culturais pode aproximar comunidades e reduzir conflitos. O coordenador César respondeu informando que está em organização uma *Virada Antirracista* com foco em cultura imigratória, mostrando que o tema já está em pauta na prefeitura.

A munícipe imigrante senegalesa Marima Bah trouxe a preocupação com o despejo de ocupações, ressaltando a vulnerabilidade de idosos, gestantes e famílias que, ao serem removidos, ficam sem solução digna, questionando quais alternativas a prefeitura oferece. César reconheceu a gravidade, mas afirmou não ter resposta imediata.

Na sequência, Gegê reforçou que prédios públicos e privados que não cumprem função social devem ser ocupados pelo povo, defendendo a ocupação como forma de garantir moradia e combater o abandono de imóveis. Por fim, Carlos Magalhães reforçou que, na opinião dele, o movimento social de ocupação existe porque falta justiça e moradia, e que se o país fosse igualitário, essas lutas não seriam necessárias, lembrando que ele mesmo vive em uma ocupação.

## **Item 8. Organização os Grupos de Trabalho (GT) e Comissões Temáticas (CT);**

O secretário -adjunto Leandro, apresentou uma sistematização para organizar o funcionamento dos Grupos de Trabalho (GTs) e Comissões Temáticas (CTs) do Conselho Participativo Municipal da Sé. Explicou que esses grupos se reúnem informalmente ou formalmente, sendo obrigatória a convocação oficial com pelo menos três dias de antecedência, conforme a Portaria nº 002. Todas as reuniões devem ser públicas, com garantia de fala a munícipes e convidados. Ele destacou recomendações práticas: cada GT ou CT deve ter um grupo de WhatsApp para comunicação, um coordenador eleito pelo próprio grupo, que será responsável por relatórios e encaminhamentos para o pleno. As reuniões informais devem ser comunicadas pelo grupo e as deliberações só podem ocorrer em plenárias formais. Lembrou ainda da importância de respeito mútuo, harmonia e cooperação,

reforçando que os conselheiros não são adversários, mas parceiros para resolver problemas da Sé. Ressaltou que os prazos de apresentação dos relatórios serão definidos em reunião e pediu que se priorize a participação e horários flexíveis para que todos contribuam. Finalizou lembrando que os GTs já foram formados na reunião anterior e agora a meta é consolidar esse funcionamento na prática.

O Coordenador César destacou que cada Grupo de Trabalho (GT) terá um grupo de WhatsApp próprio para facilitar a troca de informações. Cada GT deverá eleger um coordenador responsável por organizar essa dinâmica. Informou também que ele, a secretária-geral e o secretário-adjunto, participarão de todos os grupos como administradores para acompanhar, moderar e apoiar as discussões, garantindo que os debates fluam de forma organizada. Destacou que essa estrutura visa fazer com que os GTs discutam e amadureçam os temas para que, quando chegarem ao pleno, as propostas já estejam mais bem definidas e prontas para encaminhamentos concretos.

O ex-coordenador Fabio Benini Cabral, elogiou a organização apresentada pelo Leandro, mas fez duas observações importantes para garantir mais liberdade aos Grupos de Trabalho (GTs). Explicou que, embora os grupos de WhatsApp sejam restritos aos administradores, os GTs em si devem ser abertos a munícipes e convidados externos, podendo até chamar especialistas e organizar eventos para aprofundar temas. Reforçou que o GT é um espaço informal, diferente das reuniões formais do Conselho, e que, portanto, não deve seguir a mesma rigidez — nele, o próprio grupo define o ritmo e o formato dos debates. Destacou ainda a diferença entre GTs e Comissões Temáticas (CTs), lembrando que as CTs costumam ser compostas apenas por conselheiros e são temporárias. Finalizou ressaltando que essa flexibilidade é fundamental para que os GTs aprofundem discussões sem limitações excessivas, respeitando o objetivo de trazer temas mais bem trabalhados para deliberação do Conselho.

Raquel lembrou que, na última reunião, ficou faltando incluir a sugestão de criar um Grupo de Trabalho (GT) de Direitos Humanos, e destacou que, diante dos temas discutidos na reunião, essa pauta é ainda mais necessária. César concordou com a proposta, perguntou se todos estavam de acordo com a criação do novo GT. A Secretária-geral Barbara, ressaltou que era preciso definir quem faria parte dele, chamando os presentes para se inscreverem no grupo. A proposta foi aprovada e ficou definido que o GT de Direitos Humanos será incluído e composto na sequência.

#### **Item 10. Acompanhamento sobre as ações relativas à Favela do Moinho;**

O Coordenador César explicou que a questão da Favela do Moinho ganhou maior relevância recentemente, sendo acompanhada de perto por conselheiros como Augusto, Caru e Barbara. Ele destacou que foram identificados dois problemas principais: a remoção dos moradores e o abandono de animais na região. Informou que, a partir do GT de Proteção Animal, foram reunidas informações para entender melhor a situação e ver como o Conselho pode atuar dentro de suas possibilidades. Pediu à Conselheira Caru Albuquerque que apresentasse um relatório com as ações já mapeadas, que será compartilhado com todos os conselheiros para alinhamento e definição de próximos encaminhamentos junto à comunidade e órgãos competentes.

A munícipe Paula interrompeu para lembrar que, além da Favela do Moinho, há também animais na região do fluxo. Comentou que, só hoje, sete cachorros foram retirados de lá, e que há pessoas pedindo ajuda financeira para cuidar deles. Destacou que o problema dos animais abandonados não é restrito ao Moinho, pois muitos estão migrando para outras áreas.

A Conselheira Titular Caru Albuquerque explicou que a situação dos animais abandonados na Favela do Moinho é muito complexa. Contou que participou de uma reunião, junto com a Secretária-geral Barbara e uma protetora local, com representantes da COVISA e da COSAP, onde foi dito que os animais abandonados não são responsabilidade da Prefeitura, mas sim de quem os abandonou, o que, segundo Caru, contraria totalmente a legislação e a Constituição, que determinam que animais abandonados são responsabilidade do Estado e do Município.

Ela destacou que o Grupo de Trabalho (GT), Bem Estar e Proteção Animal, criado vai tratar dessa pauta, incluindo temas como abandono de animais, a necessidade de um hospital veterinário público na região central e a ampliação de ações de castração móvel que atendam diretamente as comunidades, pois muitas pessoas não conseguem levar os animais por conta própria.

Caru relatou que mora na esquina da Favela do Moinho, que tem uma ONG de desenvolvimento sustentável na área e acompanha o tema há muitos anos. Além da questão animal, destacou que a região enfrenta problemas ambientais e de segurança, pois há tráfico de drogas que abastece o entorno.

Ela contou que, elaborou um relatório para dar mais subsídios ao Conselho. Para isso, buscou informações diretamente com a CDHU, junto com o Conselheiro Titular Néyson e a Secretária-geral Barbara, que participaram de reuniões de última hora e também visitaram a Associação do Moinho, junto com o Conselheiro Suplente Franklin, para entender melhor a visão da comunidade, que é diferente da proposta rígida apresentada pela CDHU.

No relatório, Caru descreveu o histórico da ocupação do terreno, a cronologia do processo jurídico de posse, de propriedade e leilão que foi cancelado, além de um apanhado de como a CDHU vem conduzindo as remoções: datas, números de famílias cadastradas, apartamentos destinados, como é feita a mudança, demolições, indenizações (ou a falta delas) e outros pontos.

O relatório trará pontos críticos e recomendações, tanto para a ação específica da CDHU no Moinho quanto para melhorar a forma como a CDHU executa remoções em geral, inclusive apontando que não há nenhum cuidado com os animais deixados para trás, o que amplia o problema de abandono.

Caru lembrou que inicialmente sabia de apenas duas cadelas abandonadas na esquina, mas que agora, com o avanço das remoções, já são pelo menos cem cães abandonados, pois muitas das quinhentas famílias que já saíram deixaram animais, e ainda faltam cerca de cem famílias para serem removidas, o que pode agravar ainda mais o problema. Região já tinha superpopulação de gatos, alimentada pela falta de castração e pela presença de um depósito de lixo que atrai e abriga animais.

Ela explicou que sua proposta era que fosse implantada uma ação emergencial, com apoio da Defesa Civil, para montar uma tenda com baias, possibilitando resgate, tratamento, castração e adoção desses animais — assim como ocorreu em situações de calamidade em outros estados, como no Rio Grande do Sul. Porém, durante a reunião com a CCZ e a COSAP, foi informada de que não seria viável porque, segundo eles, essa situação não se enquadra como emergência ou catástrofe, e que o protocolo usual é apenas castrar e devolver os animais para a rua.

Caru disse que tentou contato com o coordenador da Defesa Civil para tratar do assunto, mas não conseguiu retorno, e acredita que ainda há espaço para insistir, pois a Defesa Civil pode ter outra visão técnica e entender que a ação é possível. Destacou que CCZ e COSAP informaram ainda que não organizam feiras de adoção, não oferecem vacinas V8 e V10 (apenas vacina antirrábica) e não possuem antipulgas disponíveis para animais externos — apenas para aqueles já abrigados no CCZ.

Completo dizendo que hoje o CCZ está superlotado, com cerca de 300 animais, e que a ausência de estrutura de acolhimento contribui para o aumento do problema. Sobre o terreno, explicou que o histórico completo está descrito no relatório — o local, além de estar em nome da União, ainda tem registro de propriedade vinculada ao antigo dono do Moinho, uma tecelagem, e que houve um leilão posteriormente arrematado por um terceiro, mas que foi cancelado, entre outras pendências jurídicas.

A munícipe Paula, em aparte, questionou o papel da Primeira-Dama da Prefeitura, que faz propaganda de proteção animal, mas que não atua diretamente nesses casos.

Finalizou reforçando que assim que o relatório estiver finalizado, será compartilhado com todos os conselheiros, para que todos tenham clareza sobre a situação da remoção das famílias, o abandono de animais, o contexto jurídico do terreno e as recomendações para a CDHU e demais órgãos competentes.

O secretário-adjunto pediu a palavra para destacar a situação crítica de moradores de pensão e cortiços na Bela Vista, ressaltando que o bairro tem muitos bolsões de miséria e vulnerabilidade onde famílias vivem em condições muito precárias. Relatou que, como pedagogo, lida diretamente com crianças que chegam à escola abaladas por essa realidade, precisando de apoio socioemocional para não perderem a capacidade de sonhar.

Em nome dessas pessoas, Leandro propôs formalmente que o Conselho Participativo Municipal aprove uma moção de apoio aos trabalhadores e moradores que sofrem com despejos e violações, defendendo que o Conselho não pode ser neutro diante de tamanha gravidade. Ele afirmou que, ainda que soe utópico ou romântico, é necessário

ter posicionamento político e ético diante dessa situação — enfatizando que foi eleito justamente para dar voz a essas pautas e não para ignorá-las.

O Coordenador César propôs um encaminhamento prático para as duas proposições de ofício feitas pelo Conselheiro Titular Augusto Pessin. Relembrou que Augusto sugeriu enviar um ofício do Conselho aos Consegs e à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, cobrando posicionamento e providências sobre abusos e excessos nas abordagens policiais. Para avançar, César pediu a aprovação da execução desses ofícios e solicitou que Augusto prepare uma minuta do texto, que depois será validada pelo grupo para não atrasar o processo.

César explicou que além do primeiro ofício, voltado a cobrar a Secretaria de Segurança Pública e os Consegs sobre abusos nas abordagens policiais, há um segundo ofício referente à Praça Rotary, para solicitar informações sobre a situação de concessão do local. Reforçou que esse segundo ofício é mais simples, pois é só uma solicitação de esclarecimentos formais que será enviada à Secretaria de Cultura e à Subprefeitura. Lembrou que muitos conselheiros também participam dos Consegs recém-empossados, o que fortalece o alinhamento entre o Conselho e esses órgãos, principalmente em temas de segurança pública e zeladoria. Concluiu destacando que ambos os ofícios estão pré-aprovados e que Augusto ajudará a redigir as minutas.

A Conselheira Titular Francisca esclareceu que os Consegs da região central passaram recentemente por eleições — são 12 Consegs em uma área de 50 km<sup>2</sup>, mas apenas um teve disputa de chapas. Houve mudanças nas diretorias e ela mesma segue como vice-presidente de um Conseg que abrange 16 km<sup>2</sup>. Destacou que em maio todas as novas diretorias assumem, e isso pode impactar as agendas, já que as reuniões do Conseg podem coincidir com as do Conselho Participativo, sendo necessário alinhar datas para evitar conflitos.

Francisca enfatizou que o Conseg não delibera nada — ele não tem poder de decisão ou execução, funcionando apenas como articulação entre forças policiais, subprefeituras, CET, Detran, SPTrans e a comunidade, servindo de ponte para aproximar autoridades e munícipes, orientar e apoiar. Já o Conselho Participativo, diferente do Conseg, delibera orçamento e trata diretamente das demandas da população junto à prefeitura.

Ela reforçou que, embora tenham papéis diferentes, os conselhos devem atuar em conjunto, pois a união fortalece a representação da comunidade. Alertou para a importância de encaminhar demandas ao órgão correto — por exemplo, a questão da Praça Rotary é da subprefeitura, enquanto ações policiais e temas de violência devem ser direcionados à Secretaria de Segurança Pública. O Conseg pode apoiar com moções ou notas de repúdio, mas não tem poder para agir diretamente.

Finalizou lembrando que só com participação coletiva e união entre conselhos, como o Conselho Participativo, CADES e Conseg, será possível avançar em soluções reais para a comunidade.

O coordenador César comunicou que o Conselho recebeu o registro oficial da renúncia da conselheira suplente Talita Cristina de Freitas, informando que ela foi eleita vice-presidente de um Conseg. Destacou que esse fato precisa constar em ata e confirmou que será registrado nesta reunião.

O Conselheiro Titular Luís Felipe da Silva Seixas, elogiou a reunião, reconhecendo os avanços e o aprendizado coletivo, mas demonstrou preocupação com o prazo apertado para envio das propostas do Orçamento Cidadão e do programa Participe+, destacando que o prazo se encerra no domingo e que o espaço virtual sozinho pode ser insuficiente para organizar tudo. Por isso, sugeriu que os grupos de trabalho fossem organizados imediatamente, com definição de coordenadores e levantamento de propostas até o dia 11, para que tudo seja compartilhado de forma estruturada no grupo geral.

Em resposta, César concordou e propôs abrir todos os grupos de trabalho ainda hoje ou amanhã, alocando os conselheiros que já se inscreveram e definindo coordenadores para dar andamento aos trabalhos. Ele também sugeriu realizar uma reunião virtual, ainda nesta semana, na quinta ou sexta-feira, para tratar exclusivamente das propostas que surgirem, de forma mais prática, evitando perder tempo com uma convocação formal e garantindo que todos possam ter uma visão geral do que está sendo construído.

Por fim, a Conselheira Titular Caru Albuquerque acrescentou que pretende apresentar uma proposta nova, não vinculada a nenhum GT em que participa diretamente, relacionada à fiscalização da subprefeitura, sugerindo que essa pauta seja levada para um dos grupos de trabalho já formados, usando esses canais como espaços para avançar com demandas diversas.

Itens prejudicados:

**Item 11. Questionamentos e considerações sobre o Vd. João Goulart, e o início das obras no Vd. Orlando Murgel;**

**Item 12. Retomar a discussão sobre desdobramentos e pesquisa das áreas de “cenas abertas de uso”;**

**Item 13. Informes gerais; finalização e agradecimentos.**

O Coordenador César, finalizando, agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a 4a Reunião Plenária Ordinária do CPM/Sé, biênio 2025/2026, às 21:30h.

Estiveram nesta reunião:

- **33 (trinta e três)** Conselheiros Participativos Municipais **Titulares presentes:** Antonio Matheus Montano; Antonio Ronaldo Dos Santos; Augusto Luiz De Aragão Pessin; Barbara Cavalcanti; Caio Júlio Cesar Lopes; Carlos Eduardo Magalhães; Carolina Albuquerque Gonçalves; César Augusto Massaro; Elizabeth Soares; Fábio Lúcio Sanchez; Francisca Nunes Batista Chiovitti; Gilmara Gonçalves Santos Gondim; Hamilton Simões Pires; Katharine Amorim Borges Maciel; Leandro Lago Da Silva; Luís Felipe Da Silva Seixas; Luiz Gonzaga Da Silva; Maria Ana Figueiredo; Maria Aparecida Duarte Maciel; Maria Lilian Galvarro Peña; Najila Barbosa Reis; Neide Pereira Da Rocha; Névson Soares Ferreira Júnior; Rafael Felício De Oliveira Dos Santos; Raquel Budow; Roberto Guerrero; Rosalia Do Carmo Larrubia; Rosangela Zanon Monteiro; Rose Maria Das Graças Correa De Oliveira; Rosemeire Rosa De Oliveira; Sonia Maria Domingues Pereira; Ualdo Nascimento E Wang Kim Do Espírito Santo;
- **05 (cinco)** Conselheiros Participativos Municipais **Suplentes presentes:** Dirceu Félix do Nascimento; Francisco Claudio do Nascimento; Franklin Siqueira; Jéssica Tapia; Maria Angelica Pelegrine.
- **01 (um)** Convidados e autoridades presentes: Interlocutor Sr. Cel. Luiz Eduardo Pesce Arruda (SubSé),
- **25 (vinte e cinco)** Municípes presentes: Nives Ibane Ramirez Guevara; Alberto Milani Junior; Luiz Cuti; Anabella Andrade; Fernando Sabatini Covas; Ana Maria Cardim, Paula Sabbalini; Shirley Botelho Costa; Marcia Silva Santos; Milton Vitor de Andrade; Totila Nelson Vieira Artigas; Paula Ventura da Costa; Klaus Rosswailer Pereira; Veronica Barranto Anobes; Ricardo Borghi dos Santos; Plinio Oliveira de Faria; Agnaldo Vasconcelos; Paulo Rodrigues; Herbert Nascimento; Fabrícia Liari; Vinicius Nogueira; Tarcísio G. Faria; Sonia Maria Oliveira; Mariama Bá; Kunta Kinte.
- **09 (nove)** Conselheiros Participativos Municipais Titulares ausentes: Charles Gentil; Elza Pereira Barbosa da Silva; Flaviano Gayer Carvalho; Laudicéia Borges Da Silva; Marcelo Montanheiro Pagliaruli Garini; Maria Anunciação de Souza; Olga Luísa Leon De Queiroga; Paulo Cesar Torres de Freitas; Roberto Quaglietta (falta justificada); Sheila Ventura Pereira.
- **35 (trinta e cinco)** Conselheiros Participativos Municipais Suplentes ausentes;

Totalizando **64 (sessenta e quatro)** participantes.

Lavra-se esta Ata.

São Paulo, 07 de julho de 2025.

Sr. **César Augusto Massaro** / Coordenador  
Sra. **Barbara Cavalcanti** / Secretária-Geral  
Sr. **Leandro Lago** / Secretário-adjunto

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SÉ**



**João Batista Ferreira Alves**  
**Assistente de Suporte Operacional**

Em 15/07/2025, às 13:39.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **129325246** e o código CRC **E754C742**.

---

---

**Referência:** Processo nº 6056.2025/0000790-0

SEI nº 129325246